



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS e INCLUSÃO.

JOAO BATISTA DE JESUS

ORIENTADOR(A): FATIMA ALI ABDALAH ABDEL CADER-NASCIMENTO

BRASÍLIA/2015



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

JOAO BATISTA DE JESUS

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS e INCLUSÃO.

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientador (a): Profa. Dra. Fatima Ali Abdalah Abdel Cader-Nascimento

BRASÍLIA/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

JOAO BATISTA DE JESUS

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS e INCLUSÃO.

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 28/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

Profa. Dra. Fatima Ali Abdalah Abdel Cader-Nascimento (Orientadora)

Profa. Dra. Linair Moura Barros Martins (Examinador)

João Batista de Jesus (Cursista)

BRASÍLIA/2015

DEDICATÓRIA

A Deus, aos meus familiares e amigos que me ajudaram e me incentivaram me dando forças para concluir esta jornada. Ao CAPES, CNPQ, UAB-UNB, MEC que pagaram e viabilizaram o curso. Aos tutores presenciais e a distância que deram todo suporte necessário para que este trabalho fosse aperfeiçoado.

RESUMO

O presente estudo objetiva conhecer a percepção um gestor da aplicação das políticas públicas para a escola regular inclusiva. Assim, proporcionar uma reflexão acerca da inclusão escolar como processo de educação para a cidadania e promoção da vida humana. Buscou-se entender a importância da escola neste processo educativo, através da pesquisa e leitura de textos relacionados à Educação Especial e inclusão de modo geral para uma sociedade que tenha como valores, a honestidade e o bem comum. O método utilizado foi o qualitativo, estudo de caso. Participou do estudo um professor na função de diretor, com 48 anos de idade, tem 15 anos de formação profissional e está há 6 anos na direção da escola que atende 38 alunos com necessidades especiais. Utilizou para entrevista um questionário com perguntas abertas e fechadas, estruturado organizado em três partes: a primeira voltada para a identificação do participante, a segunda parte questões referentes a experiência com a inclusão e, por fim, buscou abordar a opinião do participante em relação a efetividade das políticas públicas no atendimento das demandas específicas do atendimento educacional especializado. Os dados foram obtidos em uma escola da rede pública de ensino do Distrito Federal localizada na região administrativa de Planaltina. O critério de escolha da escola foi baseado na existência de matrícula de estudantes com necessidades especiais e a existência de atendimento dos mesmos pela sala de recursos generalista. Os dados obtidos evidenciaram que na escola há sala de recursos generalista, com professores especializados na área, os professores regentes não possuem cursos específicos para trabalhar com alunos com necessidades educativas especiais, mas foram e são realizadas adequações curriculares e adaptações na estrutura física da escola para acolhimento de alunos que necessitam da mesma, a escola participante recebe materiais para que sejam realizados trabalhos diferenciados com os alunos, mas são insuficientes havendo necessidade de os professores os complementarem. Assim, os dados permitem concluir que ainda há muito a ser feito para o alcance da verdadeira inclusão que é pregada nas legislações referente a inclusão dos estudantes com deficiência.

Palavras-Chave: Cidadania. Educação. Inclusão.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	7
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	9
2.1 – Aspectos legais da inclusão de estudantes com deficiência.....	9
2.2 – Processos de Formação dos Professores para a Inclusão.....	12
2.3 Inclusão e exclusão de estudantes com deficiência.	14
3 OBJETIVOS	17
3.1 Objetivo Geral.....	17
3.2 Objetivos Específicos	17
4 METODOLOGIA.....	18
4.1 - Fundamentação Teórica da Metodologia	18
4.2- Contexto da Pesquisa.....	18
4.3- Participantes	19
4.4 – Materiais	20
4.5- Instrumentos de Construção de Dados	20
4.6- Procedimentos de Construção de Dados	20
4.7- Procedimentos de Análise de Dados	21
6. DISCUSSAO DOS RESULTADOS	29
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	34
APÊNDICE - A	35
A- Questionário.....	35
ANEXO A	39
A- Carta de Apresentação	39
B- TERMOS DE CONSENTIMENTOS	40

1 APRESENTAÇÃO

Não há como falar de inclusão sem falar de educação, cidadania e necessidades educacionais especiais. Atualmente, a discussão que se faz em todos os setores e segmentos educacionais e sociais tem sido inclusão social, mas o que vem a ser, na íntegra, inclusão social?

A escola tem sido e ainda é o espaço privilegiado para falar e “fazer” inclusão, não só no sentido de socialização, mas, sobretudo propiciar formas, meios através de parcerias e projetos, efetivar essa tão sonhada inclusão, onde o estudante não aprenda apenas conteúdos de ensino e nem conviva simplesmente com as outras pessoas. Esse estudante necessita ser visto como um cidadão capaz de pensar, opinar e desenvolver suas potencialidades, de acordo com suas possibilidades cognitivas.

A própria LDB e a Constituição Federal defendem e garantem nos artigos 205 (C.F) e 59 (LDB), o direito a uma educação de qualidade. Infelizmente, para que a educação seja de qualidade é preciso que a escola enquanto instituição educacional se adéque em todos os sentidos: pedagógico, humano e físico, de forma a atender as necessidades reais dos estudantes especiais e também dos outros estudantes com dificuldades de aprendizagem. Vale ressaltar que a adequação acontece até o ensino médio, o mesmo não se aplica ao ensino Superior ou a seleção do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), PAS (Programa de Avaliação Seriada) ou vestibular. Portanto, o que vem a ser adequação curricular? Tentaremos, neste trabalho, evidenciar que incluir socialmente é dar condições para que os estudantes desenvolvam suas habilidades e potencialidades, para que tenham autonomia, autoconfiança e iniciativa na busca de seus próprios interesses, e quando não, ao menos, que sejam capazes de interagir e se sentir parte integrante desse meio.

Não se pode esquecer que, a escola sozinha, sem a participação da família e dos poderes públicos, é praticamente impossível fazer com que essa inclusão aconteça. A família precisa caminhar junto com a escola, em uma relação mutua de compromisso e responsabilidade pelo desenvolvimento e aprendizagem com a escola.

A questão é será que a escola recebe incentivo e os poderes públicos dão o suporte necessário para a oferta de uma educação sólida, com conteúdo significativos? Como é a realidade de uma instituição educacional inclusiva? Há profissionais eficientes, força de

trabalho qualificada, salas de aulas com ventilação e iluminação adequadas? Ou será que os direitos dos estudantes, garantidos por lei, são suprimidos por uma política elitista e sem ética, que não respeita os princípios da educação? Qual é a realidade da escola pública inclusiva?

Estas questões e tantas outras se juntaram a minha experiência como educador. Assim, a percepção que existem diversas Políticas Públicas Educacionais voltadas para a Educação Especial mais muitas vezes essas não são aplicadas como deveriam por vezes por falta de recursos materiais, outras por falta de conhecimento, resolvi desenvolver este projeto de estudo buscando conhecer a percepção de um professor acerca da realidade inclusiva da escola que é o gestor.

Para proporcionar uma reflexão acerca da inclusão social como processo de educação para a cidadania e promoção da vida humana, bem como a importância da escola nesse processo educativo optou-se pela pesquisa bibliográfica. Os tópicos abordados na fundamentação teórica estão relacionados à Educação Especial e inclusão de modo geral para uma sociedade que tenha como valores, a honestidade e o bem comum. Portanto, para entender como e porque a inclusão consistiu na motivação para esta pesquisa. Assim, a primeira parte da monografia se inicia com a fundamentação teórica, onde há considerações de autores que tratam primeiro dos aspectos legais da inclusão dos estudantes com deficiência nas escolas, seguido de uma discussão sobre inclusão e exclusão dos mesmos no espaço escolar.

A segunda parte da monografia está vinculada ao método, neste espaço apresentamos os objetivos da pesquisa, a opção metodológica pautada na pesquisa qualitativa na modalidade estudo de caso descreveu o contexto, os participantes, os instrumentos e os procedimentos de coleta e análise de dados.

Por fim, apresentamos os resultados e a discussão dos mesmos com ênfase na relação entre a fundamentação teórica, os objetivos e os resultados obtidos. Realizar este trabalho não foi fácil, porém conseguir compreender principalmente porque na data marcada para ser realizada a aplicação do questionário os professores entraram em greve, o que dificultou um estudo mais aprofundado sobre as questões propostas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 – Aspectos legais da inclusão de estudantes com deficiência

Segundo a Política Nacional da Educação Especial, alguns objetivos da educação especial são:

- Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
- Atendimento educacional especializado;
- Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Nota-se que um dos objetivos da Educação Especial, de acordo com a Política Nacional da Educação Especial consiste na articulação intersetorial, ou seja, a importância do trabalho entre setores distintos mais complementares. Considerando a implementação das políticas públicas não só em relação à educação especial, mas à educação de modo geral, o Brasil parece que está longe de realizar efetivamente articulações políticas voltadas para atender as demandas do processo educacional nacional. Este fato é evidenciado nos dados presentes no desempenho dos brasileiros em provas internacionais como o PISA ou nacionais como o ENEM.

Aliado a Política Nacional de Educação Especial, a Constituição Federal de 1988, determina que a educação é direito de todos e de preferência que a educação especial aconteça nas escolas de ensino regular. Do ponto de vista do princípio constitucional da igualdade, é necessário que essa educação se faça no âmbito da escola regular, mais próxima da residência da pessoa, e que todos sejam considerados dentro da dignidade humana, tendo suas diferenças e diversidades respeitadas. Cabe a instituição educacional viabilizar a convivência e estimular atividade de forma a valorizar e promover a inclusão social.

Seguindo o raciocínio da inclusão educacional verifica-se que a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no art. 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes, currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades. Aliado a esta política pública, constata-se na Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiências têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas. Assim, estes documentos assumidos pelo Brasil defendem a inclusão

para todos independente de sua condição sensorial, social, racial, cultural, econômica ou política.

Na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/ CP nº1/2002, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Docente. Estas diretrizes estão voltadas para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos estudantes com necessidades educacionais especiais. Além desses aspectos, em 1994, a Declaração de Salamanca proclama que as escolas regulares precisam assumir uma orientação inclusiva, a qual constituem nos meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, conforme BRASIL (2010).

Todo este movimento tem raízes, segundo Coll (2004) na década de 1960 quando o processo de mercantilização da Educação produziu um movimento bastante forte, impulsionado por âmbitos sociais muito diversos, que provocou profundas transformações no campo da educação especial, entre elas a criação de várias organização não governamental. Segundo Coll (2004), os principais fatores que favorecem essas mudanças foram:

- Uma nova concepção dos transtornos do desenvolvimento e da deficiência;
- Uma perspectiva distinta dos processos de aprendizagem e das diferenças individuais;
- A extensão da educação obrigatória;
- As experiências positivas de integração;
- Os movimentos sociais a favor da igualdade, entre outros.

Diante desse movimento, convenções, tratados, Leis e Decretos, fica evidente a necessidade de uma educação voltada a promoção de pessoa em todos os seus aspectos sociais, culturais e, sobretudo, uma educação que leve em consideração um ensino que dê condições para que os estudantes tenham o máximo de conhecimentos que facilitem suas vidas no contexto social em que estão inseridos.

Atualmente, na mídia, o que mais se ouve e vê, são vídeos, frases, comerciais voltada para as pessoas com necessidades educacionais especiais, na tentativa de chamar à atenção da sociedade para essa realidade, que não é tão nova, mas por causa da burocracia, da lentidão da justiça e do próprio atraso na efetivação das leis, a impressão que fica é que a inclusão é uma “coisa” nova.

Percebe-se, principalmente na escola, esse atraso, quando um professor coloca sua falta de preparo e conhecimento para trabalhar com estudantes com deficiência, mesmo sendo

um dos objetivos da educação especial, a formação docente nessa área. Como esperar que um docente mal preparado, sem formação contribua para que uma pessoa com necessidade especial seja incluída na sociedade? Será que o acesso e sua permanência qualitativa está garantida?

Um dos problemas mais sérios que a educação inclusiva tem “sofrido”, é a burocratização em si, isto é, fazer efetivar as leis e acessibilidades voltadas para essa clientela, sobretudo no que se refere ao Atendimento Educacional Especializado (AEE).

A revista da Educação Especial, da Secretária de Educação Especial/MEC, de janeiro/julho de 2010, traz em sua primeira página, no Editorial, um parágrafo relacionado ao tema citado acima, que diz:

Com vistas a orientar a oferta do AEE, em articulação com o ensino regular, o Conselho Nacional de Educação - CNE, estabelece Diretrizes Operacionais para o AEE na Educação Básica, por meio da Resolução nº 4/2009. Neste contexto, ampliam-se as políticas públicas para o desenvolvimento inclusivo das escolas por meio dos programas de acessibilidade, formação continuada de professores e implantação de salas de recursos multifuncionais na rede pública.

Conforme podemos notar a resolução do CNE é de 2009, E estabelece que se ampliem as políticas públicas para a efetivação da educação inclusiva, sobretudo, a implantação do AEE e das salas de recursos multifuncionais.

Outro ponto importante que a resolução nº 4/2009, do CNE traz, refere-se à formação continuada de professores para a efetivação do funcionamento das salas de recursos, e não só das salas de recursos, mas de modo geral, que trabalham diretamente com a educação especial inclusiva. “Tanto a afetividade como a racionalidade desenvolvem-se a partir das interações sociais, desde a infância e durante a vida toda. Como representam a base da moral, esta também se desenvolve” (BRASIL, 1997, p. 83).

Os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) dizem que a afetividade e a racionalidade desenvolvem-se a partir das interações sociais. Entende-se que a escola é o lugar privilegiado para que essa afetividade se desenvolva, independente de quem quer que seja, é imprescindível que a escola trabalhe para que todas as crianças tenham esse direito.

Acredita-se que se a afetividade e a racionalidade estiverem presentes no âmbito da sala de aula, as práticas de exclusão, segregação principalmente com os estudantes da educação poderão ser respeitados em suas especificidades. Neste sentido, estes estudantes

poderão ter mais condições de terem seus direitos respeitados, pelo próprio sistema educacional. Para tanto, faz-se necessário que o sistema tenha disponíveis meios, formas, métodos, recursos e estratégias didáticas para que esses estudantes realmente possam desenvolverem-se afetivamente e academicamente.

Assim, do ponto de vista legal, nosso país possui uma legislação maravilhosa que garante os direitos de todos a educação. Resta verificar como está o processo de formação do professor para atuar com a diversidade, este será o próximo tópico a ser desenvolvido.

2.2 – Processos de Formação dos Professores para a Inclusão

Nota-se que a inclusão das pessoas no contexto escolar demanda por formação profissional, aspecto previsto nas leis que regem o sistema de ensino do nosso país. Fávero (2007) ao discutir as políticas públicas destinadas a educação, poderá da necessidade de desenvolver uma nova percepção para a questão da inclusão. Para este autor, é preciso que a escola, família, segmentos da sociedade e os próprios legisladores, busquem e façam com que as leis sejam efetivamente cumpridas, no sentido de garantir os direitos de acesso e permanência de todos a educação de qualidade.

Fávero (2007) ao discutir o processo de formação dos profissionais, afirma que além de um sistema educacional falho, há também o problema da ausência de força de trabalho qualificada. Segundo Fávero (2007) os professores não estão preparados para lidar com a questão da educação especial. Consequentemente, os estudantes encontram pela frente barreiras na acessibilidade dos conteúdos historicamente acumulados pela humanidade. Aliado a este quadro os professores não compreendem o processo inclusivo, reclamam da falta de recursos adequados para atender os estudantes com ou sem deficiência. Além do aspecto da formação, Fávero pondera em seu estudo a ausência de parceria da família no processo de ensino e aprendizagem dos seus filhos, bem como do próprio poder público que não realiza as adequações arquitetônicas necessárias a acessibilidade dos estudantes aos espaços internos da escola. As insatisfações são inúmeras entre elas: ausência de formação do professor, ausência de alterações na estrutura física das escolas, ausência de parcerias com a família e a comunidade, e fechando esse “leque” de insatisfações, há também, a dificuldade do professor em adequar os conteúdos de ensino para uma melhor aprendizagem da turma.

Outro aspecto levantado na literatura da área e que reflete no processo de inclusão refere-se a tripla jornada de trabalho de muitos professores. Em geral, profissionais do

magistério, não conseguem suprir suas necessidades básicas com apenas uma jornada de trabalho. Ao desdobrar-se numa jornada de trabalho, até desumana, trabalhando o dia inteiro, e às vezes, até a noite para compensar ou adequar sua renda às suas necessidades, passa a manifestar um desgaste emocional e cognitivo. Para esse professor não sobra tempo para descansar, para um lazer com a família e tão pouco, para planejar bem suas aulas, adequando recursos, conteúdos de ensino às necessidades reais da sua turma. Seu cansaço físico e as condições de trabalho inadequadas podem influenciar e determinar a qualidade de seu exercício profissional.

Para essa turma que recebe apenas o básico em relação ao ensino, o que se pode esperar do futuro, que oportunidades surgirão para esses estudantes? De que forma se fará para eles uma inclusão social, capaz de inseri-los na sociedade como um cidadão consciente dos seus direitos e deveres? Será que ao realizar a adequação curricular, adequação de conteúdo, estamos beneficiando ou promovendo a exclusão dos sujeitos?

Inclusão social, não é apenas inserir uma pessoa com deficiência em uma sala de ensino regular, mas, sobretudo, proporcionar à ela, um ensino contextualizado, consistente. Na concepção de Kelman (2010) a inclusão social implica aprender a conviver e a reconhecer na diversidade as distintas formas de expressão da vida humana. Diversidade que é marcada de acordo com as necessidades reais de cada ser. Cabe a escola, um dos espaços de encontro da diversidade humana, oferecer meios, suportes pedagógicos em parceria com as políticas públicas, saúde e programas de apoio por meio das artes, esportes, culinária, artesanato entre outros, que viabilizem possibilidades de desenvolvimento da singularidade humana, conforme está previsto nas orientações da Política Nacional de Educação (2007).

O diferente precisa ser visto e valorizado em suas potencialidades, ainda que essas potencialidades para os outros (tidos como normais), sejam o mínimo. Para quem não tem vez nem voz, tudo o que pode ser aprendido, se torna seu maior bem e a escola, ainda é o lugar ideal para que os seres humanos experimentem e vivam seus afetos, superando os desafios e dificuldades da vida diária. Resta saber como está o processo de formação profissional dos professores que atuam em uma escola inclusiva? Eles receberam ou recebem formação para esta atuação? Como é a gestão escolar de uma instituição que se diz inclusiva? Quais os recursos e materiais específicos presentes na sala de recurso generalista ou específica? Como é feito a adequação curricular desta escola, quem participa? São questões que pretendemos discutir com este estudo.

2.3 Inclusão e exclusão de estudantes com deficiência.

Diante das questões levantadas fica a dúvida se estamos vivendo um momento de inclusão e de exclusão que acontecem de forma concomitante. Um dos aspectos que a literatura da área tem evidenciado a reclamação generalizada dos professores em relação ao fato de seu processo de formação não terem contemplado a atuação com estudantes com deficiência. Muitas escolas, não possuem infraestrutura básica para atender estudantes sem deficiência e ao receberem os que possuem alguma deficiência enfrentam a dificuldades de adequação do espaço físico. Outro aspecto que pode ser levantado refere-se ao acesso e a ausência de permanência com qualidade no cotidiano escolar. Por tudo isto é possível falar em um discurso de inclusão e uma prática de exclusão velada.

Ao discutir sobre os desafios presentes na prática inclusiva Fávero (2007), afirma que:

A inclusão é um desafio que, ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria da qualidade da educação básica e superior, pois para que os estudantes com e sem deficiência possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender as diferenças. (FÁVERO, p 40, 2007)

Portanto, conforme manifesta a autora à inclusão é um desafio como o próprio termo sugere. Cabe a escola como agente transformador, formadora de opiniões e de cidadãos críticos, estar preparada para esse grande desafio: contribuir com a constituição de um pensamento crítico e reflexivo de nossos estudantes. Fato que exige mais da escola e dos profissionais que assumem a educação como compromisso de transformação do contexto social, profissionais que acreditam que a leitura e a escrita são ferramentas de luta por melhores condições existenciais. Cader-Nascimento (2010, p. 186) ao discutir a inclusão de surdocegos na rede pública do Distrito Federal afirma que

“Os resultados preliminares do projeto de inclusão dos surdocegos na rede regular têm evidenciado que a presença do intérprete e do guia-intérprete tem eliminado as barreiras pedagógicas e de comunicação de surdos e surdocegos e assegurado a todos o direito a educação no mesmo espaço (turma) que os demais educandos sem necessidades educacionais especiais”

No presente relato, verifica-se a importância do respeito à especificidade linguística dos estudantes, quando a mesma é respeitada a dignidade se faz presente no universo escolar. A ausência de intérprete ou guia-intérpretes inviabiliza a inclusão dos surdos e surdocegos. Assim sendo, a educação inclusiva tem sido um desafio que consiste em respeitar as

individualidades e singularidades do desenvolvimento e do processo de aprendizagem de cada ser humano. Para tanto, o compromisso com o processo de ensino, com o papel da escola é crucial. Quando não há compromisso, nem formação adequada, esse desafio torna-se demasiado pesado, pois depende daqueles que lidam com a educação, propiciar por meio de um ensino de qualidade, condições para os estudantes com ou sem deficiência, terem garantidos seus direitos entre eles o acesso as ferramentas historicamente acumuladas pela humanidade, a leitura e a escrita, para irem em busca de seu espaço na sociedade.

Quando o assunto é inclusão Coelho (2010, p. 56) pondera que a escola “Como instituição social apresenta um forte apelo à seletividade. Na tentativa de homogeneizar os sujeitos em torno de um a padrão referencial, exclui aqueles que por diferentes razões resistem a essa homogeneização.” Desta forma, a autora pondera que a inclusão não refere-se apenas aos deficientes, com uma lesão corporalmente situada, mas refere-se as pessoas que apresentam algum comportamento, desempenho linguístico, social, cultural, econômico distinto do que foi eleito pela instituição como padrão. Pessoas que lutam para serem vistos e valorizados como cidadãos pertencentes a uma sociedade. Vistos por uma sociedade nem sempre humanizada, desprovida de espírito coletivo, mas ao contrário, elitista, opressora quando se trata de direitos, e desigual. Assim, conforme ressalta Coelho (2010, p. 57) “[...] inclusão pressupõe exclusão, já que só pode ser incluído quem é ou está apartado. O termo serve de bandeira globalizada para grupos ditos minoritários (entre eles, feministas, negros, ex-combatentes, homossexuais, etc.)”, nota-se que a autora traz a discussão do conceito de inclusão e exclusão. Só posso falar de inclusão se reconheço que alguém está distante do universo sócio-cultural.

Para compreendermos o que vem a ser inclusão social, precisamos nos colocar no lugar do outro, que muitas vezes sofre as injustiças, não tem seus direitos preservados, e o pior é que grande parte dessas injustiças, são cometidas no ambiente escolar. Quando a professora, esquece que um dia foi estudante, e não trata o estudante como um ser humano em desenvolvimento, com limites, com processo único de aprendizagem, com uma história de vida singular, com dificuldades do seu contexto familiar, econômico, ou seja, não leva em conta a dinâmica das relações vivenciadas pelo estudante e que se concretizam e constituem sua subjetividade. É comum a não aprendizagem ser reduzida, justificada pela deficiência, pela especificidade linguística, econômica ou social. Desta forma, configura-se a exclusão em um ambiente que possui um discurso de inclusão. Se a escola está nessa situação, se o profissional da educação não se encontra no seu ambiente de trabalho e muito menos se

identifica com a causa educacional, essa escola e esse professor, seguramente, não compreenderá e nem contribuirá para a inclusão social.

Para Fávero (2007), Cader-Nascimento (2010), Coelho (2010) e Kelman (2010) o processo de inclusão envolve a efetivação de novas práticas de ensino, um repensar da didática desenvolvida no contexto da sala de aula. Esta alteração pode proporcionar benefícios escolares para que todos possam alcançar os mais elevados níveis de ensino, segundo a capacidade e ritmo de aprendizagem de cada estudante.

Segundo a Constituição Federal no seu artigo 205, a educação é direito de todos. Mas, quando se trata de educação, será que a lei garante o acesso e permanência escolar de forma qualitativa a todos os brasileiros? Quantas crianças que, ainda hoje, nunca pegaram num lápis para rabiscar, e muito menos entraram numa escola para estudar? Filhos indígenas que não têm o direito sequer a terra que um dia foi deles. Crianças a margem da tecnologia, das facilidades da vida moderna. Não só crianças, mas jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de estudar. A Constituição Federal não garante à essas pessoas o direito à educação plena, como diz Fávero (2007), porque a educação precisa ser compromisso de todos e nem todos estão dispostos a assumir esse compromisso. Será que a escola participante do nosso estudo assumiu este compromisso?

Cabe então, à escola, instituição do saber, onde se concentra e se encontram diferentes etnias, culturas e saberes, buscar novas práticas de ensino, caminhar de acordo com a necessidade dos estudantes adequando sua prática de ensino à vivência de sua clientela, preparando os estudantes para o dia de amanhã que poderá vir a ser menos difícil, se esse estudante teve a oportunidade de desenvolver suas potencialidades, ou recebeu o “básico” do ensino, que lhe dê condições para interpretar uma frase, uma palavra ou um símbolo que seja.

A escola tem esse papel fundamental na vida das pessoas e embora não seja apenas responsabilidade sua viabilizar todos os meios possíveis de educação, mas o governo precisa fazer sua parte, investindo na escola, nos professores, a família precisa se comprometer, sendo parceira da escola, o professor precisa se encontrar na sua prática pedagógica, além de tudo isso, a grande diferença, quem faz, na verdade é a escola. Abrindo suas portas para a educação especial, para todas as diversidades de culturas, tendo claros seus objetivos, sua missão, e cumprindo seu papel de formar cidadãos críticos, mas consciente dos seus direitos e deveres, teremos uma sociedade mais justa, com a diferença no seu meio social.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Conhecer a percepção um gestor da aplicação das políticas públicas para a escola regular inclusiva.

3.2 Objetivos Específicos

- Identificar os aspectos importantes no processo da inclusão do ponto de vista do gestor;
- Identificar a aplicação das políticas públicas voltadas para a educação especial na escola participante;
- Verificar a aplicabilidade das políticas públicas no ambiente escolar.

4 METODOLOGIA

4.1 - Fundamentação Teórica da Metodologia

O método utilizado foi o qualitativo, na modalidade estudo de caso, por viabilizar um contato mais próximo com a realidade em campo, bem como uma interação e observação da realidade e uma interlocução com as pessoas que atuam na área. Além deste aspecto, optamos pela pesquisa qualitativa em função dos instrumentos que ela nos permite utilizar na obtenção dos dados. Segundo Oliveira (2006) o estudo de caso é um método qualitativo que visa, geralmente, em uma forma de aprofundar um a unidade individual. Ele serve para responder questionamentos que o pesquisador não tem muito controle sobre o fenômeno estudado.

O estudo de caso contribui para compreendermos melhor os fenômenos individuais, os processos organizacionais e políticos da sociedade. É uma ferramenta utilizada para entendermos a forma e os motivos que levaram a determinada decisão (OLIVEIRA, 2006).

Este método é útil quando o fenômeno a ser estudado é amplo e complexo e não pode ser estudado fora do contexto onde ocorre naturalmente. O mesmo busca determinar ou testar uma teoria, e tem como uma das fontes de informações mais importantes, as entrevistas. Através delas o entrevistado vai expressar sua opinião sobre determinado assunto, utilizando suas próprias interpretações.

4.2- Contexto da Pesquisa

Os dados foram obtidos em uma escola da rede pública de ensino do Distrito Federal localizada na região administrativa de Planaltina. O critério de escolha da escola foi baseado na existência de matrícula de estudantes com deficiência (Deficiência Intelectual, Paralisia Cerebral, Deficiência Múltipla e Transtorno Global do Desenvolvimento), e a existência de atendimento dos mesmos pela sala de recursos generalista. A escola participante é inclusiva, neste sentido atende estudantes no ensino regular com e sem necessidades educacionais especiais. Os estudantes com deficiência são atendidos individualmente ou em grupos pela sala de recursos generalista.

Portanto, a escola participante é regular, foi fundada em 19 de agosto de 2010. O centro de ensino fundamental e médio está situado a 40 km do plano piloto. Possui no quadro funcional o total de 106 funcionários, destes 72 são professores, sendo dois atuantes na sala de recursos, 12 pessoas atuam no setor administrativo e 22 pessoas trabalham nos serviços gerais. A escola possui 2.316 estudantes matriculados nas modalidades Ensino Fundamental II series finais, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA). A escola atende 38 estudantes com necessidades especiais sendo 15 possuem Transtorno de Déficit de Atenção (TDA), cinco com Transtorno Global e cinco deficientes físicos, três com baixa visão; dois deficientes auditivos, oito com distúrbios de aprendizagem. São realizadas adaptações curriculares para os estudantes que necessitam, bem como a escola sofreu adaptação em sua estrutura física para receber os estudantes limitações físicas, a escola possui 25 salas de aula, apenas uma sala de recursos onde são atendidos os 38 estudantes com necessidades educativas especiais em turno contrário, mas todas as 25 salas são inclusivas com acompanhamento pedagógico.

A escola possui 01 banheiro adaptado para cadeirante, possui rampas de acesso, carteiras adaptadas, possuem janelas amplas sendo que todas possuem grandes, a iluminação é adequada em todos os ambientes, possui quadra de esporte, existe sala de informática e a sala de recursos é equipada com computadores adaptados.

A sala de recursos generalista recebeu do MEC (Ministério de Educação) os seguintes recursos e equipamentos: computadores adaptados, impressora, software comunicação alternativa, alguns materiais de suporte pedagógico como a prancha de comunicação temática, jogos pedagógicos que valorizam os aspectos lúdicos, a criatividade e o desenvolvimento de estratégias de lógica e pensamento e alguns jogos e matérias pedagógicos confeccionados pelos professores da sala de recurso, mesa com recorte, ajuste de altura e ângulo do tampo, cadeiras com ajustes para controle do tronco e cabeça do aluno, apoio de pés, regulagem de inclinação do assento com rodas, quando necessário; tapetes antiderrapantes para o não deslocamento das cadeiras, suporte para livro, tesoura adaptada, softwares, brinquedos e miniatura, quadro branco, mesa redonda.

4.3- Participante

Inicialmente havia previsto entrevistar os professores de uma escola da rede pública do Distrito Federal, local onde atualmente trabalho. No entanto, a conjuntura local levou alguns

professores a entrarem em greve. Esta deliberação assumida pelos profissionais, em específico, da escola que iríamos realizar a pesquisa, alterou o processo de coleta de dados. Assim a pesquisa pode ser realizada apenas com a participação do Diretor do estabelecimento de ensino público do Distrito Federal.

Assim sendo, participou do estudo um professor com formação em Pedagogia e especialização em Gestão Escolar que atualmente atua na função de diretor de uma escola pública do Distrito Federal. O participante é do sexo masculino, possui 48 anos de idade, tem 22 anos de formação profissional e está há 6 anos na direção desta escola, o mesmo não possui nenhum curso de especialização na área de Educação Especial. Será identificado aqui como 48M, o número representando a idade e a letra o gênero.

4.4 – Materiais

Foram utilizados materiais de consumo, como: folha ofício; caneta; computador; lápis; borracha e impressora.

4.5- Instrumentos de Construção de Dados

O instrumento utilizado foi a aplicação de um questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas tendo sido organizado em três partes. A primeira voltada para a identificação do participante. A segunda parte questões referentes a experiência com a inclusão e, por fim, buscou abordar a opinião do participante em relação a efetividade das políticas públicas no atendimento das demandas específicas do atendimento educacional especializado.

4.6- Procedimentos de Construção de Dados

No primeiro momento realizou-se uma visita a escola para expor nossa intenção de trabalho e entregar a carta de apresentação da UAB-UNB, momento em que obtemos o recebido do diretor. O Diretor se tornou o sujeito participante desta pesquisa, uma vez que os professores da escola aderiram a greve. Após a exposição do trabalho, da carta de apresentação o diretor assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento no qual estava previsto que o nome da escola não seria divulgado, apenas os dados obtidos na

entrevista, para fins de estudo. Após assinatura dos termos, agendou dia, local e hora que melhor se adequasse a agenda do participante.

Para identificar e analisar a estrutura física e humana dos atendimentos prestados pela instituição foram realizadas visitas a escola e conversas informais com professores regentes, professores da sala de recursos, estudantes e gestores, porém estes dados ocorreram de forma informal, sendo que as informações obtidas com os professores, estudantes não foram consideradas neste estudo, pois os mesmos não assinaram o termo livre e esclarecido, bem como entraram em greve, não sendo possível conciliar o tempo de pesquisa e o tempo para retorno dos profissionais as atividades. Assim, formalizamos o estudo mediante a entrevista com o diretor e com os dados obtidos das observações da estrutura física da escola e registrados no caderno de campo.

4.7- Procedimentos de Análise de Dados

Os dados foram organizados de acordo com a frequência e o conteúdo das respostas. As respostas referentes a escola foram organizados no sentido de descrever a estrutura física e humana da instituição. Os dados constam na descrição do contexto da pesquisa. Os dados referentes ao grupo de profissionais também foram organizados e descritos no contexto da pesquisa. As informações obtidas em relação ao participante do estudo, diretor da escola, foram organizadas e apresentadas no item dos participantes da pesquisa. As informações referentes ao processo de inclusão na escola, as respostas foram transcritas e analisadas uma a uma, no sentido de compreender a percepção do diretor sobre as questões pertinentes a inclusão.

Buscou-se discutir os tópicos que mais foram evidenciados na fala do participante em relação a inclusão. Assim, elegeu para a discussão itens como: singularidade versus diversidade; adequação e inclusão; apoio público; inclusão versus exclusão. Estas categorias foram consideradas mais significativas, buscamos relacioná-las com nossos objetivos e discuti-las com base no referencial teórico apresentado.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme mencionamos anteriormente, o campo de trabalho para esse estudo foi uma escola da rede pública de ensino do Distrito Federal, sendo o sujeito participante o diretor. O estudo de caso escolhido foi amostragem de conveniência, com vistas a obter informações que contemplem nosso objetivo. Passaremos a apresentar as perguntas e as respostas obtidas durante o processo de coleta de dados, na sequência teceremos nossos comentários a respeito da interpretação do participante.

Para você, qual é a importância da escola no processo educativo voltado a estudantes com necessidades especiais?	
48M	A escola é essencial no processo educativo voltado a estudantes com necessidades especiais uma vez que é nela que este estudante é visto e pode se sentir “comum” igual aos demais de sua idade. Por isso é importante que a escola não apenas receba esses estudantes mais os inclua verdadeiramente dentro do ambiente escolar.

Na fala do diretor da escola, verifica-se a afirmação que o estudante é visto e pode se sentir “comum”. Será que o estudante sentir-se comum, igual aos demais, ou se sente discriminado em sala? Será que o diretor fala é o que realmente acontece na escola que é o gestor?

Segundo Hoerning (2014) é preciso se superar a inclusão de estudantes numericamente e sem resultados. E os profissionais devem superar seus medos, passando a confiar no seu potencial e acreditar nos resultados que as mudanças produzem, o que leva a uma prática pedagógica bem sucedida.

Desse modo pode-se entender a escola como demasiadamente importante para que ocorra o processo educativo com excelência conforme pregam as políticas públicas educacionais, principalmente em se tratando de necessidades especiais que pode ser considerado um desafio a alguns educadores que precisam sair do lugar comum e passar a se dedicar a entender e acreditar que sim é possível o alcance de resultados com dedicação.

Hoje os estudantes com necessidades especiais têm direito de serem atendidos nas salas de recursos por professores especializados em turnos contrário ao seu horário regular de aula. Qual a importância disso para os estudantes?

48M	O fato de na atualidade estudantes com necessidades especiais terem direito de serem atendidos nas salas de recursos por professores especializados, em turnos contrário ao seu horário regular de aula mostra mais essa inclusão.
-----	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Na gestão do diretor entrevistado foram feitas muitas mudanças na infraestrutura da escola, principalmente em se tratando de adaptações para recebimento de alunos com deficiência, mas em suas falas ele não demonstra participar ativamente do processo de inclusão. Nota-se na resposta do participante total desconhecimento das especificidades da inclusão, responde de forma genérica repetindo a pergunta com alteração do final onde acrescentar “mostra mais essa inclusão”. Quando faz este fechamento parece considerar a inclusão como algo em segundo plano, há uma demanda muito maior que necessita de maiores cuidados também, afinal a escola atende mais de 2 mil alunos, destes apenas 38 são alunos com deficiência.

Antigamente existiam outros formatos (talvez algumas escolas ainda utilizem esse método) onde esse atendimento é feito no momento da aula tirando o estudante do convívio comum o que pode promover um sentimento de exclusão do convívio e das atividades comuns aos demais alunos. Este é um tema que demanda por mais investigação, afinal atualmente precisamos discutir a permanência qualitativa dos estudantes e não apenas o seu acesso ao universo da escola regular. Segundo o diretor esta prática não acontece em sua escola, os pais levam em um turno para aula na sala regular e depois buscam e retornam a escola para o atendimento de 45 minutos na sala de recursos. Será que apenas 45 minutos seria suficiente para o atendimento complementar necessário ao processo de aprendizagem destes estudantes? Está é outra questão que demanda por um estudo mais cuidadoso e detalhado da situação e dos processos pedagógicos e curriculares envolvidos no atendimento educacional especializado.

Os materiais fornecidos para a escola para que se trabalhe com os estudantes com necessidades especiais são considerados por você suficientes para que seja realizado um trabalho de qualidade com estes estudantes?

48M	São insuficientes em relação a quantidade e a qualidade, afirma que por vezes nota que
-----	----------------------------------------------------------------------------------------

os professores precisavam de muitos outros recursos para melhor atender esses estudantes.

Segundo a fala do 48M os recursos são insuficientes para que os professores trabalhem de modo adequado com os estudantes com necessidades educacionais especiais. A fala de 48M evidencia um descompasso entre a lei e a realidade, pois um aspecto abordado nas políticas públicas educacionais voltadas a esse assunto consistem em apregoar que é dever do Estado fornecer os recursos e materiais para os estudantes com necessidades especiais. Consta na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em seu art, 4º: “VIII - atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.” Neste caso, reforça os programas suplementares destinados a altas habilidades, mais há casos que os programas são complementares, como por exemplo orientação e mobilidade destinada aos estudantes cegos ou com baixa visão. Durante a entrevista não estabelecemos um diálogo com o diretor para saber se ele já havia se apropriado da legislação para realizar as reivindicações dos recursos e materiais complementares.

Ao ser questionado sobre a oferta de cursos de especialização ou de formação continuada voltados para a formação específica na área da educação especial, 48M disse que não. Este aspecto mostra o desconhecimento do gestor sobre o programa gratuito de Formação Continuada de Professores na Educação Especial do Ministério da Educação o qual oferece cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização, presenciais e a distância, no âmbito da Universidade Aberta do Brasil - UAB

De acordo com Matos (2014) assegurar avanços efetivos ao processo de implementação da proposta inclusiva não é só ampliar acesso, também são necessárias produção de conhecimentos, investimento na qualificação dos educadores para que eles tenham uma atuação mediadora mais competente. O autor pondera também da importância de ampliar e diversificar as equipes da educação especial, bem como reavaliar os modelos de intervenção junto aos diversos sujeitos da comunidade escolar, para que haja uma resposta satisfatória às necessidades formativas. O autor salienta ainda a importância do apoio psicológico, de suporte aos docentes e familiares, além de orientação às práticas pedagógicas dos educadores.

Assim, faz-se imprescindível a vontade política para que sejam realizados investimentos de recursos materiais, humanos e financeiros e superação de barreiras atitudinais frente a diferença. Talvez fosse necessário avaliar a efetividade do programa de formação Continuada oferecidas pela UAB, afinal é um investimento alto, mas qual está sendo o retorno do mesmo para a população que demanda por atendimentos mais precisos e singulares.

Como é a inclusão na escola?	
48M	A inclusão na escola é realizada através de adequação dos currículos feita com todos os professores envolvidos e depois individualmente para adequar os conteúdos por disciplina com o apoio dos profissionais da sala de recursos. Os estudantes inclusivos participam normalmente de todas as atividades, uma vez que estas são adaptadas de acordo com suas limitações e suas potencialidades são melhor trabalhadas na sala de recursos em horário contrário ao de aula.

É realizada para todos os estudantes com o objetivo de viabilizar que todos possam participar das atividades desenvolvidas no contexto da sala de aula. Para tanto, parece que existe um esforço entre os professores regentes e os professores da sala de recurso no sentido de organizarem as atividades, o currículo e selecionando os conteúdos mais significativos. Resta saber se a prática tão disseminada pelas diretrizes educacionais voltadas para a adequação visam realmente a inclusão ou se elas constituem em uma forma de excluir os alunos do acesso ao conteúdo historicamente acumulado pela humanidade. Esta reflexão decorre do fato de que os alunos possuem adequação apenas até o ensino médio.

Qual adequação e adaptação que foram realizadas para receber os estudantes inclusivos?	
48M	A escola foi preparada para receber estes estudantes com necessidades especiais com rampas de acesso, cadeiras especiais, banheiros adaptados, quadra esportiva com rampas e pisos nivelados, material pedagógico, conteúdos e avaliações adaptadas.

Nota-se na fala do participante que para a recepção dos alunos houve alteração na estrutura física da escola, no entanto, o participante não comenta que houve oferta de palestras, cursos, oficinas com os funcionários da escola para receber os alunos com

deficiência. Será que a inclusão é isto apenas? Notamos em nossa observação que a escola possui rampa de acesso, quadra, piso com pistas táteis. Mas a inclusão é bem mais que adaptar o espaço, tem-se também que se repensar ações e atividades de convivência para que isso realmente aconteça na escola fazendo com que este estudante se sinta parte do corpo escolar. Será que haveria um modelo de preparação da sensibilidade, do despertar da empatia no outro para receber e acolher o outro como alguém de sua espécie? Em geral, a parte mais fácil é a alteração da infraestrutura para receber, porém, muitas vezes o aspecto que irá fazer a diferença não é a presença ou ausência de banheiro adaptado ou rampa, mais o acolhimento do outro como alguém da mesma espécie, antes de mais nada um ser humano.

Ao ser questionado de como realiza a adequação curricular, 48M ponderou que as mesmas são realizadas por “[...] todos os professores envolvidos no processo de escolarização do estudante e depois individualmente, o professor da sala de recursos e cada professor regente, com vistas a adequar os conteúdos por disciplina com o apoio dos profissionais da sala de recursos.” Neste caso, a preocupação é técnica, refere-se e se limita ao conteúdo e as atividades específicas de cada disciplina, em nenhum momento houve a manifestação da realização de sensibilização em relação a população com deficiência presente na escola. O fato de simplesmente de se fazer a adequação curricular não significa que ela será cumprida, portanto é necessário um acompanhamento pedagógico de perto para que tudo foi posto no papel saia dele e vire realidade. Mas o entrevistado não entrou em detalhes se há redução de conteúdo, há ampliação do tempo, para respeitar o ritmo de cada estudante.

Como é sua experiência enquanto diretor e sua relação com os ANEE?	
48M	Trabalhar com estudantes com necessidades educativas especiais (ANEE) é uma experiência ímpar de troca de conhecimentos e vivências que de início eu tinha certo receio de não saber lidar de modo adequado com os mesmos, mas percebi que é necessário sim certo cuidado diferenciado, aprendi que eles são estudantes iguais aos demais.

Realmente o trabalho com estudantes com necessidades educativas especiais (ANEE) é muito gratificante se pensado na necessidade deste estudante e na importância que existe no seu interesse por estar trabalhando com ele de forma correta. Mas o entrevistado deixa lacunas em sua resposta uma vez que o vocábulo “ímpar” pode ter diversas interpretações, ENTRE elas: será que apenas a experiência de convivência com quem tem deficiência é única, com as

demais pessoas ou alunos não? Será que apenas a relação com um surdo, com um cego, um síndrome de Down é que torna a experiência única? Que sentindo é este, uma vez que na conjuntura atual se defende a diversidade como princípio das relações humanas? Outro aspecto que chama a atenção na fala do participante refere-se “não saber lidar de modo adequado com os mesmos [...] São estudantes iguais aos demais”, esta é uma fala recorrente no meio escolar, entre professores, leigos, estudantes. Talvez este seja um preconceito em relação a condição sensorial do outro, pois o que mais as pessoas buscam é ser aceitas e acolhidas da forma como são. Por outro lado, existe um modo adequado que os distingue e por outro lado eles são iguais aos demais, há uma contradição na fala do participante, se eles são iguais por que tenho que ter um jeito, um modo, distinto de relacionar com ele? Enfim, são perguntas, questionamentos que abrem as portas para uma maior reflexão sobre o processo de incluir e excluir ao mesmo tempo, aspecto presente na fala e provavelmente na prática cotidiana das escolas.

Você acredita que a inclusão acontece no seu ambiente de trabalho?	
---------------------------------------------------------------------------	--

48M	Verdadeiramente a inclusão não acontece, porque faltam muitas coisas para se chegar a verdadeira inclusão. Isso só vai ocorrer quando todos os professores que trabalham com estes estudantes forem preparados para isso.
-----	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

De acordo com Matiske (2004) a inclusão e exclusão vivem na mesma realidade e discutir mecanismos para viabilizar a inclusão, em todos seus sentidos, inclusive escolar é o mesmo que admitir a lógica atual intrinsecamente excludente nos modos de organização e produção social que se querem modificar. Assim é dever do Estado procurar novos caminhos para a superação de alguns desses obstáculos que estão distanciando a sociedade dos segmentos excluídos do acesso aos bens e serviços e, no que tange a inclusão escolar, do direito à educação. No caso do participante 48M, ele reconhece que a inclusão “verdadeiramente a inclusão não acontece” e justifica que a mesma só vai acontecer “quando todos os professores que trabalham com estes estudantes forem preparados”. Será que a inclusão está restrita ao trabalho no universo da sala de aula? E os demais funcionários da instituição escolar e a comunidade como um todo não deveriam ser trabalhados para que possam aprender a conviver com a característica da diversidade humana?

Assim podemos concluir que existem pontos importantes para que ocorra a verdadeira inclusão, como por exemplo, a oferta de cursos a todos aqueles que atuam com educação especial e melhora nos recursos pedagógicos aos mesmos, uma vez que o projeto existe as leis também, mas para que elas funcionem de modo efetivo existe um longo caminho a ser traçado para que a tentativa de inclusão se torne uma exclusão.

6. DISCUSSAO DOS RESULTADOS

De acordo com a literatura a inclusão consiste no processo de inserção de pessoas com deficiência no âmbito social. O alicerce para essa integração é a escola, as políticas públicas garantem essa implantação baseada em Leis que lutam pela igualdade e pelo direito à educação para todos. A LDB/96 assegura esse direito às pessoas com necessidades educacionais especiais, exigindo adequação de currículos, métodos, técnicas e recursos para atender as especificidades, porém a realidade de hoje demonstra que as instituições de ensino não estão preparadas e nem estruturadas para receber a nova demanda (HOERNING, 2014).

Tendo por base nosso objetivo geral que consiste em proporcionar uma reflexão acerca da inclusão social como processo de educação para a cidadania e promoção da vida humana, podemos concluir que os dados obtidos com 48M permitem um aprofundamento e uma reflexão pontual da inclusão, entre eles: inclusão não acontece; singularidade versus diversidade, adequações (materiais, infraestrutura, conteúdo e atividades, curricular); limitações x potencialidades; apoio público, atendimento educacional especializado de 45 minutos.

Assim de acordo com o estudo realizado obteve-se o quadro de resultados a seguir:

Fund. Teórica	Objetivos	Resultados
Aspectos legais da inclusão de estudantes com necessidades especiais. Inclusão e exclusão. Processos de formação de profissionais da educação.	Geral: Conhecer a percepção um gestor da aplicação das políticas públicas para a escola regular inclusiva. Específico: Identificar a aplicação das políticas públicas voltadas para a educação especial na escola participante;	Verdadeiramente a inclusão não acontece, porque faltam muitas coisas para viabilizá-la. A perspectiva da inclusão só vai ocorrer quando todos os professores que trabalham em sala de aula perceberem que a diversidade é a característica comum a todo ser humano e que a deficiência é apenas uma das distinções. Para tanto a formação continuada pode contribuir significativamente com a formação de novos conceitos por parte dos profissionais que atuam no sistema

		educacional..
Aspectos legais da inclusão de estudantes com necessidades especiais. Formação continuada para os professores. Materiais e recursos fornecidos pelo Estado.	Geral: Conhecer a percepção um gestor da aplicação das políticas públicas para a escola regular inclusiva. Específico: Verificar a aplicabilidade das políticas públicas no ambiente escolar.	Os materiais fornecidos pelo governo são insuficientes em relação a quantidade e a qualidade, afirma que por vezes nota que os professores precisavam de muitos outros recursos para melhor atender esses estudantes. Na indagação sobre a oferta de cursos de especialização a aqueles que atuam com necessidades especiais ou ainda algum incentivo do governo para que os profissionais envolvidos o façam a resposta foi negativa. São realizadas as adequação dos currículos com todos os professores envolvidos e depois individualmente para adequar os conteúdos por disciplina com o apoio dos profissionais da sala de recursos.
Inclusão e exclusão de estudantes com necessidades especiais.	Geral: Conhecer a percepção um gestor da aplicação das políticas públicas para a escola regular inclusiva. Específico: Identificar os aspectos importantes no processo da inclusão do ponto de vista do gestor; importância da escola nesse processo educativo;	A inclusão na escola é realizada através de adequação dos currículos feita com todos os professores envolvidos e depois individualmente para adequar os conteúdos por disciplina com o apoio dos profissionais da sala de recursos.. Os estudantes inclusivos participam normalmente de todas as atividades, uma vez que estas são adaptadas de acordo com suas limitações e suas potencialidades são melhor trabalhadas na sala de recursos em horário contrário ao de aula.

--	--	--

A partir de um entendimento crítico a respeito das respostas obtidas com o entrevistado podemos perceber que a inclusão não acontece como deveria e que a direção da escola não se envolve de maneira integral no processo. Cultiva-se ainda a ideia de que uma escola inclusiva é aquela que possui uma sala de recursos, adaptações em sua estrutura física e realiza adaptação curricular.

A forma como foi narrada de trabalho na escola leva a pensar que é trabalhada a singularidade deixando de lado a diversidade, levando em consideração as limitações dos alunos e pouco explorando suas potencialidades com um atendimento em sala de recursos que dura apenas 45 minutos tempo insuficiente para realização de um trabalho em sua totalidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão social é um processo para a construção de um novo tipo de sociedade, por meio de transformações pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos, utensílios mobiliários e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas e, portanto, também da pessoa com deficiência, assim o que nos chama a atenção para a construção de uma nova sociedade por meio da inclusão social, como processo de mudança, mais uma vez, faz-nos refletir sobre a importância do papel da escola e dos professores para que essa nova sociedade seja construída. Sabemos que nos dias de hoje, em que a carreira do magistério já não atrai tantos olhares, talvez por causa das inúmeras tendências que surgiram ao longo da história da Educação, ou quem sabe, da desvalorização do ensino, ou talvez por causa dos próprios professores que não descobriram ainda, o poder que eles exercem sobre a própria sociedade, o processo de mudança para uma socialização igualitária, demore um pouco para se consolidar.

Fala-se muito de sociedade mais justa, de equilíbrio financeiro, e recursos sustentáveis. Tudo isso se faz necessário num processo educacional, logo nos vem a mente a escola, porque, naturalmente, quando mencionamos o termo educação, remetemos à escola e tão somente a ela, a responsabilidade de promover essa educação.

Não nos esqueçamos que a tão sonhada educação e as mudanças necessárias, dela advinda, precisa acontecer em todos os setores da vida humana para que efetivamente um novo tipo de sociedade surja, a partir, da justiça, da promoção de bem, da solidariedade e oportunidade iguais para todos não seja apenas um artigo da Constituição Federal, mas seja a porta que antecipa o futuro, um futuro em que os direitos sejam de todos numa sociedade igualitária.

Enquanto o poder público não priorizar a educação como princípio para que a inclusão seja uma realidade, a escola “andando” do jeito que pode, até tenta, mas o máximo que ela vai conseguir é “adequar” conteúdos de ensino para que esses estudantes recebam o mínimo de conhecimento possível, para se sentirem parte integrante desse processo de ensino-aprendizagem e cidadãos respeitáveis, que fazem parte de uma sociedade onde as oportunidades só existem para aqueles que, estão preparados e tem condições de produzir.

Nesse contexto, pode-se inferir que Educação e inclusão social se dá quando a pessoa humana tem a oportunidade de se desenvolver em todos os seus aspectos: cognitivo, afetivo e

social, essa missão não é apenas da escola mas, de todos os envolvidos nesse processo de ensinar e aprender.

Um dos objetivos da Educação Especial é a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. Se tratando de políticas públicas, não só em relação à educação especial, mas à educação assim como a saúde à segurança, o Brasil ainda está muito longe de realizar efetivamente articulações políticas voltadas para esses setores.

Isso acontece devido ao fato de que as políticas públicas educacionais apesar de existirem e serem bem elaboradas de modo a atingir em sua totalidade o público alvo a forma como são aplicadas afastam da verdadeira inclusão.

Para a implementação dessas políticas públicas, é necessário que nossos políticos tenham em mente a real necessidade da educação, da saúde e da segurança. Todos os recursos necessários dependem da aprovação e do voto daqueles que legislam e decidem o futuro do país.

A lei determina que a educação é direito de todos e de preferência que a educação especial aconteça nas escolas de ensino regular. Do ponto de vista do princípio da igualdade, é necessário que essa educação se faça no âmbito escolar comum à todos, onde todos são tratados igualmente, porém, não esquecendo que o espaço escolar é, apropriado para que todas as diferenças e diversidades convivam e sejam trabalhadas de forma a valorizar e promover a inclusão social.

De acordo com os resultados obtidos na aplicação do questionário pode-se observar que essa visão de educação para todos está vinculada ao sentido de todos estarem na escola pouco se pensando na qualidade desse tempo passado na mesma. O que acontece é que ainda se tem o pensamento de que uma mudança na estrutura física e a implementação de uma sala de recursos é o suficiente para se dizer que uma escola é inclusiva, mas ainda são necessárias outras mudanças para que isso aconteça.

Muito se fala em falta de recursos financeiros nas mídias, na atualidade, mas que fosse oferecido então um incentivo para que os educadores envolvidos na educação especial se aperfeiçoassem ou o ainda a oferta de cursos grátis para os mesmos nas universidades públicas seria o começo para que não se visse a inclusão apenas como ter alunos com necessidades educacionais especiais na escola.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Ministério da Educação. **Marcos político-legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, Secretária de Educação Especial, 2010.
- BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm Acesso em: 20 de setembro de 2015.
- BRASIL, **Declaração de Salamanca**. Brasília: CORDE, 1994.
- BRASIL, Decreto nº 3.956/2001, Convenção da Guatemala, 1999. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm Acesso em: 20 de setembro de 2015.
- CADER-NASCIMENTO, Fatima Ali Abdalah A. A pessoa surdocega na escola. In: ALBUQUERQUE, Diva; BARBATO, Silvine. **Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar**. Brasília: Editora UnB, 2010. P.173-187.
- COELHO, Cristina M. Madeira. Inclusão escolar. In: ALBUQUERQUE, Diva; BARBATO, Silvine. **Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar**. Brasília: Editora UnB, 2010. P.55-72.
- COLL, César; MARCHESI, Álvaro, PALACIUS Jesús & Colaboradores. **Desenvolvimento psicológico e educação**. Curitiba: Editora UFPR, Educar. Vol. 02, 2004
- FAVERO, Maria Augusta Gonzaga; PANTOJA, Luísa P.; MANTOAM, Maria Thesa Eglér. **Atendimento Educacional Especializado- Aspectos Legais e Orientações Pedagógicas**. Brasília DF: Editora UnB, 2007.
- HOERNIG, Ana Gabriela. **A Inclusão Escolar através do Atendimento Educacional Especializado**. Disponível em: http://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs_online/tcc/graduacao/psicopedagogia/2014/aghoernig.pdf. Acesso em: 20 de outubro de 2015.
- KELMAN, Celeste Azulay. Sociedade, educação e cultura. In: ALBUQUERQUE, Diva; BARBATO, Silvine. **Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar**. Brasília: Editora UnB, 2010. P.11-53
- MATOS, Selma Norberto; MENDES, Enicéia Gonçalves. **A Proposta de Inclusão Escolar no Contexto Nacional de Implementação das Políticas Educacionais**. Vitória da Conquista: Práxis Educacional v. 10, n. 16 p. 35-59 jan./jun. 2014
- MATSKEL, Angelina Carmela Romão Mattar. **Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas**. Curitiba: Editora UFPR, Educar, n. 23, p. 185-202, 2004.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais- Temas Transversais e Ética-** Vol 08, Brasília: Ministério da Educação, 2007.

APÊNDICE - A

A- Questionário



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Estimado(a) participante,

Este questionário é um instrumento para obtenção de dados para uma pesquisa que tem como objetivo conhecer a opinião do gestor sobre a inclusão e verificar a aplicabilidade das políticas públicas no ambiente escolar.

Solicito sua colaboração no sentido de responder as questões abaixo, agradeço antecipadamente sua disponibilidade.

Grato pela colaboração com este estudo.

QUESTIONÁRIO

Nome: _____

Local em que trabalha: _____

Tempo de experiência com Educação Especial _____

IDADE: _____

Tempo de experiência como professor? _____

Cursos de formação específica para atuar com pessoas com necessidades especiais? _____

Composição familiar? (Família)

Qual foi o motivo que o levou a trabalhar com alunos com necessidades especiais?

Você acredita que a inclusão acontece no seu ambiente de trabalho?

1. Qual sua relação com a Educação Inclusiva:

- () Sou gestor
- () Sou professor da sala de recursos
- () Sou professor
- () Sou pai de aluno atendido pela sala de recursos

2. Grau de Escolaridade:

- () Ensino Fundamental (completo ou incompleto)
- () Ensino Médio (completo ou incompleto)
- () Ensino Superior (completo ou incompleto)
- () Especialização _____
- () Mestrado _____
- () Doutorado _____

3. Quando a escola foi fundada?

4. Quantos professores tem na escola de modo geral e quantos atuam na sala de recursos?

5. A escola possui quantas salas de modo geral e quantas salas de recursos?

6. Para você, qual é a importância da escola no processo educativo voltado a alunos com necessidades especiais?

7. Hoje os alunos com necessidades especiais têm direito de serem atendidos nas salas de recursos por professores especializados em turnos contrário ao seu horário regular de aula. Qual a importância disso para os alunos?

8. Os materiais fornecidos para a escola para que se trabalhe com os alunos com necessidades especiais são considerados por você suficientes para que seja realizado um trabalho de qualidade com estes alunos?

9. O governo oferece cursos de especialização para quem trabalha com os alunos com necessidades especiais?

() sim

() não

10. Existe alguma motivação do governo para com o professor e/ou gestor para realizar algum curso de especialização para trabalhar com alunos especiais?

() sim

() não

11. Quantos alunos com necessidades especiais e quantos sem necessidades frequentam a escola? Quais as necessidades especiais que estes possuem?

12. Como é a inclusão na escola?

13. Qual adequação e adaptação que foram realizadas para receber os alunos inclusivos?

14. É feita adequação curricular? Como?

15. Como é sua experiência enquanto diretor e sua relação com os ANEE?

16. Você acredita que a inclusão acontece no seu ambiente de trabalho?

ANEXO A

A- Carta de Apresentação



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB

Polo: Buritis - MG

Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Instituição: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S^a a cursista pós-graduando(a) João Batista de Jesus que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre “**Políticas públicas educacionais para o alcance da inclusão social**” cujas estratégias metodológicas envolverão o preenchimento de um questionário com questões objetivas e subjetivas, bem como iremos realizar um observação da infra-estrutura e do atendimento desenvolvido pelos professores com os estudantes com necessidades especiais.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

Profa. Dra. Fatima Ali Abdalah Abdel Cader-Nascimento (orientadora)

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Prof^ª Dr^ª Diva Albuquerque Maciel**

ANEXO B

B- TERMOS DE CONSENTIMENTOS



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Diretor(a),

Eu, João Batista de Jesus, sou orientando do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre “**Políticas públicas educacionais para o alcance da inclusão social**”. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos estudantes em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio da aplicação de um questionário com questões abertas (subjetivas) e fechadas (objetivas), o mesmo será entregue aos envolvidos, caso concorde e poderá ser respondido no horário que lhes forem convenientes a fim de não interferir ou atrapalhar o desenvolvimento das suas atividades docentes. Ressaltamos que sua participação será apenas no preenchimento do questionário, que ocupará em torno de 15 a 20 minutos do seu tempo. Caso não queira responder alguma pergunta, poderá deixá-la em branco.

Esclareço que a participação dos senhores no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes a participação na pesquisa, tais como o preenchimento deste termo e do questionário, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o (a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone (61) 3107-6911. ou no endereço eletrônico _____.. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração. Respeitosamente.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Professor(a) participante

Nome do(a) participante: _____

E-mail(opcional): _____